



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

183

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	08.14.08.2000
C	stolutus
	Rubrica

Processo : 13688.000124/96-06

Acórdão : 203-06.346

Sessão : 23 de fevereiro de 2000

Recurso : 105.273

Recorrente : CELEIDA DORES DE MAGALHÃES CUNHA

Recorrida : DRJ em Belo Horizonte - MG

ITR - VTNm - LAUDO TÉCNICO INCONSISTENTE - REDUÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - Desde que não elaborado de acordo com as Normas de Associação Brasileira de Normas Técnica - ABNT, é considerado inconsistente, para os efeitos de redução do VTN, o Laudo Técnico de Avaliação, mesmo que elaborado por empresa ou profissional habilitado **Recurso negado**.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: CELEIDA DORES DE MAGALHÃES CUNHA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso**. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Renato Scalco Isquierdo.

Sala das Sessões, em 23 de fevereiro de 2000

Otacílio Dantas Cartaxo  
Presidente

Mauro Wasilewski  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Francisco Sérgio Nalini, Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva, Lina Maria Vieira, Daniel Correa Homem de Carvalho e Sebastião Borges Taquary.

cl/cf



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 13688.000124/96-06  
Acórdão : 203-06.346

Recurso : 105.273  
Recorrente : CELEIDA DORES DE MAGALHÃES CUNHA

### RELATÓRIO

Trata-se de lançamento do ITR/95, mantido pela DRJ em Belo Horizonte - MG, que ementou sua decisão da seguinte forma:

#### ***“VALOR DA TERRA NUA”***

*O valor da terra nua declarado pelo contribuinte ou atribuído por ato normativo somente pode ser alterado pela autoridade competente mediante prova lastreada em laudo técnico, na forma e condições estabelecidas pela legislação tributária.*

#### ***Lançamento Procedente”.***

Em seu recurso, a contribuinte alega que: foi majorada em 3.267,44%; foi desconsiderado o Laudo da EMATER-MG; anexou escrituras de compra e vendas do mês de dezembro de 1994 e o Decreto s/nº, datado de 01.07.1994, da Prefeitura de Presidente Olegário-MG, que trata da pauta de valores para o ITBI; o VTN, na época, não poderia ser superior a R\$ 150,00 p/ha; e requer que o VTN seja reduzido para este valor.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 13688.000124/96-06  
Acórdão : 203-06.346

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR MAURO WASILEWSKI**

É assente neste Egrégio Colegiado a possibilidade da redução do VTN, na forma do art. 3º, § 4º, da Lei nº 8.847/94, através de Laudo de Avaliação de empresa ou profissional habilitado e elaborado de acordo com as normas da ABNT.

Na espécie dos autos, a recorrente poderia ter suprido tal lacuna da impugnação, apresentando novo Laudo (ABNT), no recurso, mas não o fez.

Diante do exposto, conheço do recurso e nego-lhe provimento.

Sala das Sessões, em 23 de fevereiro de 2000

MAURO WASILEWSKI